

Banco Credibel S.A.

CNPJ 69.141.539/0001-67

Avenida Paulista, 1.754 - 1º sobreloja - Fone/Fax: (0XX11) 2171-7000 - Internet: http://www.credibel.com.br

UMA EMPRESA DO GRUPO
SPLICE

Banco Credibel

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos clientes pela preferência e aos colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 19 de agosto de 2008

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS		30 de Junho de 2008 e 2007	
		(Em milhares de reais)	
	2008	2007	
ATIVO			
Circulante	201.887	361.326	
Disponibilidades	512	115	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.563	7.578	
Aplicações no mercado aberto	10.499	6.001	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.837	1.577	
Aplicações em fundos estruturados	1.227	4.792	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	40.208	228.443	
Carteira própria	28.459	36.499	
Vinculados a compromissos de recompra	10.489	188.769	
Instrumentos financeiros derivativos	151	28	
Vinculados à prestação de garantias	1.109	3.147	
Relações interfinanceiras	-1.140	573	
Agarantidos e recebimentos a liquidar	23	9	
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	180	474	
Créditos vinculados - correspondentes no País	937	90	
Operações de Crédito	118.561	106.637	
Operações de crédito - setor privado	133.725	105.958	
Operações de crédito - setor público	2.977	8.307	
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(18.141)	(7.628)	
Outros créditos	13.781	12.514	
Carteira de câmbio	4.612	7.550	
Negociação e intermediação de valores	-	6	
Diversos	9.415	5.095	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(246)	(137)	
Outros valores e bens	13.122	5.466	
Outros valores e bens	1.529	967	
Provisões para desvalorizações	(622)	(283)	
Despesas antecipadas	12.215	4.782	
Realizável a longo prazo	119.302	105.299	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23.188	37.460	
Carteira própria	23.188	37.460	
Operações de Crédito	79.405	54.623	
Operações de crédito - setor privado	87.241	54.850	
Operações de crédito - setor público	-	2.658	
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(7.836)	(2.885)	
Outros créditos	7.806	3.452	
Diversos	8.674	3.452	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(868)	-	
Outros valores e bens	8.903	9.764	
Despesas antecipadas	8.903	9.764	
Permanente	4.830	4.973	
Investimentos	2.584	2.429	
Aplicações em controladas no País	2.584	2.429	
Imobilizado de uso	1.472	1.547	
Outras imobilizações de uso	3.103	2.966	
Depreciações acumuladas	(1.631)	(1.419)	
Diferido	774	997	
Gastos de organização e expansão	1.613	1.534	
Amortização acumulada	(839)	(537)	
Total do ativo	326.019	471.598	

PASSIVO		2008		2007	
		(Em milhares de reais)			
	2008	2007		2008	2007
Circulante	115.148	273.271			
Depósitos	90.598	74.483			
Depósitos à vista	5.459	6.314			
Depósitos interfinanceiros	40.311	32.682			
Depósitos a prazo	44.828	35.487			
Captações no mercado aberto	10.451	188.996			
Carteira própria	10.451	188.996			
Relações interfinanceiras	19	6			
Recebimentos e pagamentos a liquidar	19	6			
Relações interdependências	27	13			
Recursos em trânsito de terceiros	27	13			
Obrigações por empréstimos e repasses	4.492	7.158			
Empréstimos no exterior	4.492	7.158			
Outras obrigações	9.561	2.915			
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	57	80			
Sociais e estatutárias	-	291			
Fiscais e previdenciárias	2.499	1.130			
Diversas	7.005	1.474			
Exigível a longo prazo	108.984	109.972			
Depósitos	105.463	108.231			
Depósitos a prazo	105.463	108.231			
Outras obrigações	3.521	1.741			
Fiscais e previdenciárias	46	-			
Diversas	3.475	1.741			
Resultado de exercícios futuros	-	-			
Resultado de exercícios futuros	-	-			
Patrimônio líquido	101.887	88.354			
Capital	106.892	90.241			
Domiciliados no País	106.892	90.241			
Prejuízos acumulados	(5.005)	(1.887)			
Total do passivo	326.019	471.598			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Semestres Findos em 30 de Junho de 2008 e 2007	
		(Em milhares de reais)	
	2008	2007	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	86.376	-	
Aumento de capital	-	3.865	
Lucro líquido do semestre	-	4.381	
Saldos em 30 de junho de 2007	86.376	3.865	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	103.241	-	
Aumento de capital	3.651	-	
Prejuízo líquido do semestre	-	(2.685)	
Saldos em 30 de junho de 2008	106.892	(5.005)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional
O Banco Credibel S.A. é um banco múltiplo, que opera com as carteiras comercial, inclusive câmbio, de crédito, financiamento e investimento. O Banco é parte integrante do Grupo Splice, sediado em Sorocaba - São Paulo.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente a promulgação da Lei nº 11.638-07 e normas e procedimentos do Banco Central do Brasil, segundo as seguintes práticas contábeis:

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dias de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: - Títulos para negociação; - Títulos disponíveis para venda; - Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período, enquanto que os ajustes dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, por meio de venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. O Banco não possui títulos classificados na categoria disponíveis para venda em 30 de junho de 2008. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swap" e "opções" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço; - operações com "opções" - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, no resultado, no caso de não exercício. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados, pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: - Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" - Em conta de receita ou despesa, no resultado do período; - Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" - São classificados como "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os respectivos itens objeto de "hedges" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge" em 30 de junho de 2008. Os vencimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da classificação por categoria e estratégia constam na nota 3.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As operações de financiamentos de veículos têm como início sua classificação em rating como "B". A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado nas notas 4 e 5.

e) Despesas antecipadas: São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes. As despesas antecipadas relativas às comissões pagas na origemação de financiamentos, são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo médio da vigência dos respectivos contratos. Quando há cessação de crédito, as despesas antecipadas relativas às comissões são apropriadas de imediato ao resultado. A partir de setembro de 2007 as comissões pagas na origemação dos financiamentos são apropriadas ao resultado de acordo com a vigência dos contratos pelo regime de competência.

f) Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil estimada dos bens.

h) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

As captações no mercado aberto são classificadas em função de seus prazos de vencimentos, independentemente dos tipos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

i) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 para o período semestral). A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% (9% até abril de 2008), considerando em suas bases de cálculo os ajustes por adições e exclusões. Os créditos tributários foram constituídos sobre as diferenças temporárias, representadas pelo montante das despesas apropriadas nos registros contábeis e ainda não dedutíveis para fins de apuração do imposto e contribuição correntes. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo do ativo circulante e realizável a longo prazo.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: • **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. • **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação. • **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

k) Demais ativos e passivos: • **Ativos** - são demonstrados pelos valores de realização, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. • **Passivos** - são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.

3. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Composição da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Composição da carteira		2008		2007	
	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor contábil (1)		
Carteira própria:	51.625	22	51.647		
Títulos para negociação:	12.544	22	12.566		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.544	22	12.566		
Títulos mantidos até o vencimento:	39.081	-	39.081		
Cotas subordinadas de fundo de investimentos	37.068	-	37.068		
Certificados de Depósitos Bancários	10.471	-	10.471		
Vinculados a compromissos de recompra:	10.471	18	10.489		
Títulos para negociação:	10.471	18	10.489		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.471	18	10.489		
Instrumento financeiro derivativo:	151	-	151		
"SWAP" (CDI x CDI)	151	-	151		
Vinculados à prestação de garantias:	1.107	2	1.109		
Títulos para negociação:	1.107	2	1.109		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.107	2	1.109		
Total	63.354	42	63.396		

Títulos mantidos até o vencimento		2008		2007	
	Custo	Mercado	Efeito MTM		
Carteira própria	37.068	37.068	-		
Cotas subordinadas de fundo de investimentos	37.068	37.068	-		
Certificados de Depósitos Bancários	2.013	2.013	-		
Total	39.081	39.081	-		

b) Diversificação da carteira por segmento de mercado:

Setor Público:		2008		2007	
	Valor	%	Valor	%	
Estatual - Outros	2.977	1,3%	10.965	6,1%	
Setor Privado:					
Intermediários financeiros	2.133	0,9%	6.851	3,8%	
Indústria	42.199	18,4%	37.242	20,7%	
Comércio	2.459	1,1%	4.626	2,6%	
Outros Serviços	13.207	5,8%	12.410	6,9%	
Pessoas Físicas	166.091	72,5%	107.732	59,9%	
Subtotal	229.066	100,0%	179.826	100,0%	

c) Diversificação da carteira por vencimento:

Vencidas		2008		2007	
	Valor	%	Valor	%	
AVencer	13.507	5,9%	5.738	3,2%	
Até 30 dias	24.034	10,5%	26.090	14,5%	
De 31 a 60 dias	15.480	6,8%	17.321	9,6%	
De 61 a 90 dias	11.595	5,1%	21.073	11,7%	
De 91 a 180 dias	38.403	16,8%	23.049	12,8%	
De 181 a 360 dias	38.805	16,9%	29.047	16,2%	
Acima de 360 dias	87.242	38,0%	57.508	32,0%	
Subtotal	215.559	94,1%	174.088	96,8%	
Total	229.066	100,0%	179.826	100,0%	

d) Diversificação da carteira por nível de concentração:

e) Composição da carteira por nível de risco:		2008		2007	
	Valor	%	Valor	%	
10 maiores devedores	47.929	20,9%	43.971	24,5%	
20 maiores devedores	59.702	26,1%	59.043	32,8%	
50 maiores devedores	64.266	28,1%	72.329	40,2%	
100 maiores devedores	65.730	28,7%	74.175	41,2%	
150 maiores deved					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	2008		2007	
	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
c) Diversas:				
Provisão para pagamentos a efetuar	1.027	-	1.027	1.179
Provisão para contingências trabalhistas (nota 18)	-	743	743	380
Provisão para ações indenizatórias (nota 18)	-	2.732	2.732	1.361
Valores a pagar a sociedades ligadas	20	-	20	-
Credores diversos - País	5.388	-	5.388	295
Outros valores	570	-	570	-
	<u>7.005</u>	<u>3.475</u>	<u>10.480</u>	<u>3.215</u>
11. Patrimônio Líquido:				
Em 30 de junho de 2008, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 184.599 (160.675 em 2007), ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 68.384 (59.522 em 2007), ações preferenciais nominativas sem valor nominal. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição das reservas previstas em lei. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007, não houve destinação do resultado. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2007 aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 3.865, mediante a emissão de 10.017 ações, sendo 7.309 ordinárias e 2.708 preferenciais, sem valor nominal. Esse aumento de capital foi realizado, com aproveitamento do crédito de juros sobre o capital próprio, distribuído no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$ 3.861, deduzido do imposto de renda no montante de R\$ 681 e o montante de R\$ 4 referente a sobras de exercícios anteriores, homologado pelo Banco Central do Brasil, em 16 de agosto de 2007. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2006 aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 3.651, mediante a emissão de 9.151 novas ações, sendo 6.677 ordinárias e 2.474 preferenciais, ao preço unitário de R\$ 398,9375697, totalizando R\$ 3.651. Esse aumento de capital foi realizado e subscrito com aproveitamento do crédito de juros sobre o capital próprio, distribuídos no exercício de 31 de dezembro de 2007. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 15 de maio de 2008.				
12. Receitas de Prestação de Serviços				
Receitas de cobrança	133	154	287	154
Receita bruta de TAC	6.078	5.060	11.138	5.060
Receita de tarifa de emissão de TED	9	24	33	24
Comissões sobre fianças	-	5	5	-
Outras	68	3	71	3
	<u>6.288</u>	<u>5.246</u>	<u>11.537</u>	<u>5.246</u>
13. Outras Despesas Administrativas				
Serviços de terceiros	16.809	9.580	26.389	9.580
Processamento de dados	1.050	815	1.865	815
Comunicações	344	203	547	203
Aluguéis	251	319	570	319
Serviços do sistema financeiro	1.714	1.292	3.006	1.292
Despesa de serviços técnicos especializados	1.718	528	2.246	528
Manutenção e conservação de bens e material	34	296	330	296
Despesas de viagens	294	44	338	44
Promoções, propaganda e publicidade	107	296	403	296
Despesas e contribuições filantrópicas	40	42	82	42
Despesas com busca e apreensão de bens	826	226	1.052	226
Outras	2.040	403	2.443	403
	<u>25.307</u>	<u>14.034</u>	<u>39.341</u>	<u>14.034</u>
14. Despesas Tributárias				
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	313	262	575	262
Despesas de contribuição ao PIS e COFINS	2.376	1.556	3.932	1.556
Despesas de C.P.M.F.	-	129	129	-
Outras despesas tributárias	30	48	78	48
	<u>2.719</u>	<u>1.995</u>	<u>4.714</u>	<u>1.995</u>
15. Resultado não Operacional				
Referre-se substancialmente por perdas em investimentos com incentivos fiscais.				
16. Imposto de Renda e Contribuição Social				
A apuração do imposto de renda e contribuição social correntes são demonstrados como segue:				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2008	2007		
Participações estatutárias no lucro	(7.587)	5.505		
	-	(265)		
	<u>(7.587)</u>	<u>5.240</u>		
Adições (Exclusões)				
Permanentes	(13)	603		
Resultado de participação em controladas	(79)	1		
Patrocínio de atividade cultural arts. Lei 7505/86	-	167		
Despesas/provisões indedutíveis e outras	66	475		
Outras rendas operacionais - dividendos	-	(10)		
Outras reversões de provisões	-	(30)		
Temporárias	20.314	1.980		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.286	6.203		
Créditos baixados para prejuízo	(201)	(3.233)		
Provisão/reversão para passivos contingentes	683	(260)		
Ajuste MTM	(27)	189		
Provisão para despesas de pessoal	-	(1.352)		
Provisão participações estatutárias no lucro - funcionários	(495)	231		
Outras provisões	68	202		
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo	<u>12.714</u>	<u>7.823</u>		
Compensação de prejuízo	-	(943)		
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>12.714</u>	<u>6.880</u>		
Encargos às alíquotas de 25% (imposto de renda) - vide nota 2 item "I"	3.166	1.708		
Encargos às alíquotas de 9% (contribuição social) - vide nota 2 item "I"	1.144	619		
PAT	(76)	(41)		
Efeito da majoração da alíquota da contribuição social de 9% para 15%	173	-		
Patrocínio atividade cultural atrs. 7505/86	-	(41)		
Total de tributos correntes	<u>4.407</u>	<u>2.245</u>		

17. Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2008 e 2007, as transações com partes relacionadas observam prazos e condições usuais de mercado, e estão assim sumarizadas:

	2008			2007		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Despesas de captação	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Despesas de captação
Credibel D.T.V.M. Ltda.	2	-	-	1	2.075	(132)
Credibel Corretora de Seguros S.A.	-	102	(6)	-	93	(6)
Credibel Consultoria Financeira Ltda.	1	291	(16)	-	269	(16)
ACRTS Associação Cultural e Renov. Tecnologia Sorocabana	-	33.114	(1.611)	1	24.304	(1.397)
Toivi Participações S.A.	-	3.391	(105)	49	8.254	(398)
CSM - Cartões de Segurança Ltda.	-	-	-	33	-	(197)
Selte Servs. Eletr. Telefônicos Ltda.	2	4.866	(860)	7	19.838	(1.034)
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	16	4.112	(445)	81	5.213	(372)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	112	-	-	144	-	-
Splice, Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	7	7.025	(462)	9	15.312	(888)
Bompas Empreendimentos Imobiliários	39	1.119	(77)	108	1.789	(93)
Credibel Holding Financeira	3	131	(14)	10	-	-
Santana Participações Ltda.	8	757	(78)	9	1.821	(119)
Villa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	168	3.974	(263)	171	4.778	(426)
Santana Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	215	422	(19)	-	-	-
Já Promotora de Vendas Ltda.	1	336	(37)	-	-	-
	<u>574</u>	<u>59.640</u>	<u>(3.993)</u>	<u>623</u>	<u>83.746</u>	<u>(5.078)</u>

A empresa Já Promotora de Vendas Ltda., além de obter as movimentações acima, também presta serviços como promotora de vendas para o Banco Credibel, conforme movimentações abaixo:

	Comissões a diferir em Dez/07	Comissões a diferir em Jun/08
no semestre	4.578	4.758
6.084		5.904

18. Contingências

O Banco vem discutindo judicialmente, bem como vem respondendo a alguns processos nas esferas fiscal, cível e trabalhista. A Administração do Banco, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são boas as chances de que os processos serão concluídos favoravelmente, sendo mantidas provisões em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos existentes.

Ativos contingentes: Os ativos contingentes são compostos por ações já transitadas em julgado com ganho certo ou praticamente certo. Em 30 de junho de 2008 e 2007 a Instituição não possui contabilizados ativos contingentes.

c) Cessão de operações de crédito - créditos em curso normal: O Banco firmou contratos de cessões de crédito, cujos valores contábeis, reflexos patrimoniais e no resultado do semestre, decorrentes das respectivas transações, estão assim resumidos:

	2008			2007				
	Valor futuro da carteira	Rendas a apropriar	Valor presente na data da cessão	Valor recebido pela cessão dos créditos	Valor apropriado no resultado	Apropriação dos custos de comissão	Resultado da cessão	Resultado da cessão
Coobrigação	-	-	-	-	-	-	-	4.300
Com	137.631	(46.364)	91.267	110.774	19.507	(11.801)	7.706	-
Total	<u>137.631</u>	<u>(46.364)</u>	<u>91.267</u>	<u>110.774</u>	<u>19.507</u>	<u>(11.801)</u>	<u>7.706</u>	<u>4.300</u>

d) Gestão de risco operacional: No ano de 2007, o Banco Credibel emitiu a política de Risco Operacional e definiu a unidade responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos do Banco. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realizará avaliações nos processos de negócio identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. Para aprimorar o processo de gerenciamento do risco, será utilizado um sistema automatizado para Risco Operacional. As análises das informações coletadas identificarão fatores de risco, as probabilidades, o impacto e relevância dos processos de negócios, gerando a matriz de Risco Operacional do Banco. A matriz de Risco Operacional direcionará para Planos de Ação, que serão avaliados e priorizados pela Diretoria do Banco. Dessa forma, em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central, o Banco está adequando-se para gerenciar seus riscos operacionais de acordo com as disposições regulamentares, alinhando-se com as melhores práticas do mercado. **e) Lei nº 11.638/07:** Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638 que alterou dispositivos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 destacando-se diversas alterações na preparação e divulgação das demonstrações financeiras para os exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008. Considerando a extensão e complexidade das alterações promovidas pela referida lei, a Administração está avaliando os possíveis impactos para posteriormente, mensurar os efeitos de mudanças de práticas contábeis que o Banco ainda não tenha adotado. É esperado também que as alterações providas pela nova lei sejam objeto de regulamentação por parte do BACEN e CVM, no decorrer de 2008, considerando a abrangência de cada órgão regulador.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

- Provisões trabalhistas: São compostas por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados segundo a Política de Provisão e Contingenciamento aprovada pelo comitê executivo da Instituição. Para obter o valor da provisão, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. As contingências trabalhistas totalizam o montante de R\$ 743, onde a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas.

- Provisões cíveis: Os processos cíveis são compostos, principalmente, por demandas relacionadas a indenizações decorrentes de fraudes em financiamentos e empréstimos consignados e revisão de contratos. Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são obtidos pela análise individual. Para os processos judiciais cíveis individuais é feita análise do valor da potencial perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. As contingências cíveis classificadas como perdas possíveis estão apresentadas no montante de R\$ 900.

Metodologia para as contingências fiscais: As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes.

As provisões constituídas e as respectivas movimentações no período foram as seguintes:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscal
Saldo no início do semestre	866	1.927	45
Constituição/reversão (I)	(123)	805	1
Saldo no final do semestre (nota 10c)	<u>743</u>	<u>2.732</u>	<u>46</u>

(I) As constituições/reversões das provisões de riscos de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, contemplam os novos processos e as mudanças de grau de risco dos processos em curso.

Órgãos reguladores: Não existem em curso processos administrativos por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado do Banco.

19. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2008	2007
Outras receitas operacionais		
Rendas operacionais sobre operações cambiais	2.126	1.033
Recuperação de encargos e despesas	77	77
Imposto de renda e contribuição social a recuperar sobre variação cambial	77	103
Outras receitas	77	2.383
	<u>2.367</u>	<u>4.606</u>

Outras despesas operacionais

	2008	2007
Outras despesas operacionais		
Despesas operacionais sobre operações cambiais	1.879	909
Provisão para contingências - ações cíveis	909	1.067
Prejuízo na venda de leilões	1.067	46
Outras despesas	46	3.901
	<u>3.901</u>	<u>6.923</u>

20. Outras Informações

a) Índice da Basíliá: De acordo com a Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, o Bacen instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo para o semestre findo em 30 de junho de 2008 está demonstrado a seguir:

	Saldo	Valor do risco ponderado	Patrimônio líquido exigido
Risco reduzido - 20%	2.746	549	60
Risco reduzido - 50%	167.594	83.797	9.218
Risco normal - 100%	225.152	225.152	24.768
Risco crédito tributário - 300%	16.256	48.768	5.365
Risco de crédito "SWAP"	151	30	30
Risco de taxa de juros	2.849	2.849	42.289
	<u>414.748</u>	<u>361.145</u>	<u>26.580</u>

Patrimônio líquido ajustado

Índice da Basíliá

b) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 627 em 30 de junho de 2008 (R\$ 627 em 2007).

Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 627 em 30 de junho de 2008 (R\$ 627 em 2007).

O CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria do **Banco Credibel S.A.**
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial do **Banco Credibel S.A.** levantado em 30 de junho de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do **Banco Credibel S.A.**; **(b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **(c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas

A DIRETORIA

pela Administração do **Banco Credibel S.A.**, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Credibel S.A.** em 30 de junho de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por eles reguladas. Dessa

CONTADOR

José do Nascimento CRC 1SP 154.428/O-6

forma, nessa fase de transição, o Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado nº 16.669, de 20 de março de 2008, permitiu a não-aplicação das disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação, em 2008, das demonstrações financeiras intermediárias. Assim, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do Banco Central do Brasil e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

5. As demonstrações financeiras do **Banco Credibel S.A.**, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2007, e apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 13 de agosto de 2007.

19 de agosto de 2008

Audidores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0